

CJF disponibiliza resultado da pesquisa pública da Justiça Federal para a revisão da estratégia (2021-2026)



rápida e efetiva, enquanto 67,8% consideram que a Justiça Federal tem cumprido seu papel com transparência.

Todos os macrodesafios do Poder Judiciário foram priorizados por, pelo menos, 70% dos respondentes, conforme se verifica abaixo:

- Garantia dos direitos fundamentais – 80%;
- Enfrentamento à corrupção, à improbidade administrativa e aos ilícitos eleitorais – 78%;
- Fortalecimento da estratégia nacional de TIC e de proteção de dados – 76%;
- Fortalecimento da relação institucional do Judiciário com a sociedade – 73%;
- Aperfeiçoamento da gestão da justiça criminal – 73%;
- Aperfeiçoamento da gestão orçamentária e financeira – 72%;
- Aperfeiçoamento da gestão administrativa e da governança judiciária – 72%;
- Consolidação do sistema de precedentes obrigatórios – 71%;
- Aperfeiçoamento da gestão de pessoas – 71%;
- Agilidade e produtividade na prestação jurisdicional – 71%;
- Prevenção de litígios e adoção de soluções consensuais para os conflitos – 70% e;
- Promoção da sustentabilidade – 70%

Também foram sugeridos outros temas, como os relacionados aos benefícios previdenciários e à saúde.

Segundo a SEG, os resultados demonstram que o desafio de aperfeiçoar a gestão administrativa e melhorar a prestação jurisdicional permanece, o que demanda a elaboração de um planejamento estratégico inovador e audacioso, a fim de tornar a Justiça Federal célere e efetiva.

Consulta – Em abril de 2020, o Conselho da Justiça Federal e os Tribunais Regionais Federais, representados por seus gestores de metas e responsáveis pelas áreas de gestão estratégica, iniciaram a revisão da estratégia da Justiça Federal para o próximo ciclo 2021-2026.

Conforme preconizado pela Resolução CNJ n. 221/2016, que institui princípios de gestão participativa e democrática na elaboração das metas nacionais do Poder Judiciário, foi realizada pesquisa pública por meio da qual 12.582 respondentes, entre magistrados, advogados, servidores e jurisdicionados, puderam opinar sobre processo de revisão da estratégia.

Mais informações sobre a pesquisa pública estão disponíveis no Observatório da Estratégica da Justiça Federal. Para conferir o banner da pesquisa, acesse: <https://bit.ly/3iB5Y7L>

Fonte: CJF



Aniversariantes

Amanhã: João De Matos Pereira de Souza Neto (NUTEC), Ana Paula de Mello Borba (22ª Vara), Paulo Augusto Rocha de Lima (Campo Formoso), Eivan Sales de Souza (Barreiras), Rosane Maria Carvalho da Silva (Numan) e Paulo Emilio Oliveira Coutinho (21ª Vara).

Parabéns!

Quer colaborar com a priorização ao Primeiro Grau de jurisdição? Faça parte do CGR-Priori



As inscrições para a eleição dos membros do Comitê Gestor Regional da 1ª Região de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição (CGR-Priori) vão até o dia 18 de setembro. Até lá, magistrados e servidores das Seções e Subseções Judiciárias podem se inscrever para participar do processo de escolha dos membros do Comitê, que será conduzido pela Secretaria de Planejamento Orçamentário e Financeiro do Tribunal (Secor TRF1).

Não podem participar do processo aposentados e servidores cedidos, em exercício em outro órgão ou que estejam respondendo a processo administrativo disciplinar.

Inscrições devem ser feitas pelo formulário disponível aqui. O magistrado ou servidor que quiser cancelar sua inscrição poderá fazê-lo na intranet até o dia previsto para o encerramento do prazo de inscrições.

A lista de magistrados e de servidores inscritos será divulgada também na intranet a partir das 14h do dia 21 de setembro. Nesse mesmo dia e horário, começa o prazo para a votação, que vai até as 23h59 de 24 de setembro de 2020. Cada eleitor tem direito a um voto, conforme sua respectiva categoria (magistrado ou servidor), que será controlado eletronicamente.

Os mais votados serão os membros titulares do CGR-Priori. Os membros suplentes, de magistrados e servidores, serão nomeados a partir da ordem de classificação dos demais inscritos. Em caso de empate, serão aplicados os critérios de antiguidade e de idade, respectivamente. O resultado da eleição será divulgado na intranet do portal do TRF1 a partir das 14h do dia 25 de setembro de 2020.

O CGR-Priori é formado por juizes federais de primeiro grau, servidores e representantes da Ajufer e da Assejufer. De acordo com a Resolução Presi 10836722, o comitê deve fomentar, coordenar e implementar programas, projetos e ações vinculados à Política Nacional de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição, coordenada pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) no âmbito da Justiça Federal da 1ª Região. Pela norma, o CGR-Priori integra a Rede de Priorização do Primeiro Grau, constituída de todos os tribunais brasileiros sob a coordenação do Conselho Nacional de Justiça e vincula-se às suas linhas de atuação. (Fonte: TRF1)

A Secretaria de Estratégia e Governança do Conselho da Justiça Federal (SEG/CJF) divulgou os resultados da pesquisa pública promovida pela Justiça Federal nos meses de junho e julho de 2020. A consulta pública teve como objetivo coletar insumos para a revisão da estratégia para o novo ciclo 2021-2026 do Planejamento Estratégico da Justiça Federal, conforme preconiza a Resolução CNJ n. 221/2016.

Participaram da pesquisa 12.582 pessoas, entre magistrados, advogados, servidores e jurisdicionados. De acordo com o relatório final, 56,9% dos que responderam à consulta concordam que a Justiça Federal tem garantido à sociedade uma prestação jurisdicional acessível,

TNU realizará sessão por videoconferência no próximo dia 18

A Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais (TNU) realizará sua próxima sessão ordinária em 18 de setembro, às 10h, por videoconferência. A sessão terá transmissão ao vivo pelo canal do CJF no Youtube.

A pauta de julgamento foi disponibilizada no Diário da Justiça eletrônico/TNU n. 148, de 2/9/2020, páginas de 2 a 26, publicada em 3/9/2020.

Serão apreciados 130 processos, entre os quais estão listados 14 Representativos da Controvérsia. Para conferir-los, acesse: <http://bit.ly/2o28IEa>

EXPEDIENTE: Coordenação-Geral: juiz federal Fábio Moreira Ramiro, diretor do Foro da Seção Judiciária da Bahia. **Redação, fotos, distribuição, revisão e impressão:** Serviço de Comunicação Social - SERCOM. **Encarregada:** Rita Miranda. **Diagramação e redação:** Rodrigo Sarmiento Silva dos Santos. **Tiragem:** 4 exemplares. **Telefones:** (71) 3617-2616. **Endereço:** Av. Ulysses Guimarães, 2799 – CAB. CEP: 41213-000. **Site:** portal.trf1.jus.br/sjba **E-mail:** jfh@trf1.jus.br.